Ata de Reunião

Ao vinte e oito dias do mês de Fevereiro de dois mil e vinte e quatro, às dez horas da manhã, reuniram-se no Palácio das Araucárias representantes Governamentais do Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais.**Participantes:** **Conselheiros Governamentais:**Ellen Cunha do Nascimento/*SEEC*, Jane Cristina Lobato Vasques/*SEJU*, André Luiz Serio/*SEIL*, André F. Eiterer/*SEDEST*, Lucimar Pasin de Godoy/*SESA*, Silberto Cardoso/*SEDEF*, Gustavo Mussi/*CCIVIL*, Josil do Rocio Voidela Baptista/*SEIL*, André Luiz Brandão/*SESP,* Renê Wagner Ramos/*SETI.* .**Participantes:** **Conselheiros Sociedade Civil:** Ana Maria dos Santos da Cruz/*Quilombolas;* Ana Maria Santos/*Benzedeiras;* Suely Alípio/ *Cipozeiros;* Robson Borges Arantes/*Povos de Terreiro;* Flávio Maciel/*Povos de Terreiro;* Dimas Gusso/*Faxinalenses;* Misael Jefferson/ *Ilhéus;* Adnã Chagas das Dores/ *Pescadores Artesanais.***Convidados:** Eduardo de Oliveira Filho/*SEMIPI,* Felipe Kamaroski/*SEMIPI* .**Discussão:** Inicialmente, **Hayanne/Sec. Executiva** realiza a chamada para verificação de quórum e realiza a abertura da reunião. Em seguida o Presidente do Conselho, **Gustavo Mussi/Casa Civil** faz a abertura da reunião, relembrando as competências do Conselho, como órgão de escuta e fiscalização das políticas púbicas para povos e comunidades tradicionais e apresentando os demais presentes da equipe técnica, Coordenador de Povos e Comunidades Tradicionais e Diretor da Diretoria de Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais. **Eduardo O. Filho/SEMIPI** se apresenta como novo diretor. Após a apresentação, **Hayanne/Sec. Executiva** inicia a chamada para aprovação da ata da última reunião do Conselho, sem manifestações contrárias, o Presidente do Conselho aprova a Ata. **Encaminhamento ponto 2: Aprovação da ata de Dezembro de 2023.** Em seguida se inicia a leitura e aprovação das pautas da reunião. **Gustavo Mussi/Casa Civil** sugere agregar as pautas 9 e 21, as pautas 18 e 22, e a pautas 20 e 13. **Robson Borges/Povos de Terreiro** aponta que o Conselho como Sociedade Civil, sugere transferir a pauta do Adnã, sobre a educação, que segundo o Presidente já foi discutido em Comissão. **Adnã**

Chagas/Pescadores Artesanais reforça a importância de entrar em pauta na plenária a pauta da educação. **Dimas Gusso/Faxinalenses** diz que a dificuldade com as escolas, fechamento, etc, traz a necessidade de ser incluído em pauta para a plenária. **Gustavo Mussi/Casa Civil** encaminha para que após o relato das comissões seja feita a inclusão da pauta, assim como o protocolo da união cigana seja feito antes dos informes já que é somente para ciência do Conselho. **Adnã Chagas/Pescadores Artesanais** diz que já foi discutido entre os conselheiros da sociedade civil que fosse feita a inclusão da pauta da educação, que a muito tempo já vem sendo discutido e ainda não foi solucionado. **Encaminhamento ponto 3: a plenária aprova a inclusão da pauta e as demais.** **Misael Jefferson/Ilhéus** diz que em momento passado, foi conversado que caso surgisse assunto emergencial, ele seria incluído em pauta, assim como a questão da educação trazida pelo Adnã, que deve ser incluída pelo caso da emergência da discussão e solicita que seja um acordo para deixa em aberto quando ocorrer pautas emergenciais ela ser incluída na pauta. **Gustavo Mussi/Casa Civil** segue a reunião para os informes. **Hayanne/Sec. Executiva** informa sobre o ofício da FECOQUI sobre a PNGTAQUI, para a anuência do conselho para a abertura do protocolo de tramitação. O segundo ofício a ser informado é do IAT, sobre a consulta PLI do ETE da Ilha do Mel. O terceiro informe foi sobre a ausência do conselheiro Alcione. O quarto informe sobre a ausência dos membro dos IAT, que estão em outras atividades e acompanharão a reunião online. **Encaminhado o ponto 4.** Próximo ponto de pauta da reunião (ponto 5), calendário de reuniões do conselho, com as alterações de datas. **Hayanne/Sec. Executiva** inicia a leitura do calendário atualizado para a aprovação da plenária, da seguinte maneira: 16 e 17 de abril, 11 e 12 de junho, 13 e 14 de agosto, 29 e 30 outubro e 03 e 04 de dezembro. **Robson Borges/Povos de Terreiro** diz que após a Conferência os novos conselheiros poderão repensar este calendário. **Gustavo Mussi/Casa Civil** reforça a importância do calendário para os próximos conselheiros terem base para trabalhar. **Encaminhamento ponto 5: Aprovado o calendário anual de 2024.** Após a aprovação do calendário se inicia a pauta do protocolo da união Cigana para a ciência dos membros do Conselho, assim a Secretaria Executiva faz o relato e sugere o arquivamento considerando o decurso de tempo, a plenária aprova. **Encaminhamento ponto 8: Arquive-se o protocolo.** Em

seguida se inicia o relato das comissões. Comissão de Território, Desenvolvimento Socioambiental Sustentável e Segurança: **Gustavo Mussi/Casa Civil** inicia o relato, tratando sobre o protocolo **20.503.058-1** de solicitação de fornecimento de energia elétrica as comunidades do vale do ribeira, após o debate o parecer da comissão foi para oficiar a copel e a FECOQUI para resposta do oficio – **Encaminhamento: parecer aprovado pela plenária.** O segundo protocolo **21.632.133-2** trata sobre a solicitação de isenção de trarifa as comunidades quilombolas, o parecer da comissão foi o envio de recomendação para o gabinete da governadoria para que ocorra CPLI dentro das previsões legais sempre que forem pautas que envolvam PCTs, bem como para que seja atendida a demanda de isenção - **Encaminhamento: parecer aprovado pela plenária.** O terceiro protocolo **21.477.908-0** solicita informações sobre a presença de povos e comunidades tradicionais em duas unidades de conservação, o IAT respondeu informando que não há povos e comunidades tradicionais nas áreas citadas e a comissão aprovou - **Encaminhamento: parecer aprovado pela plenária.** O quarto protocolo **17.160.155-0** é a analise da revitalização da orla de matinhos, a comissão deliberou pelo arquivamento por conta da perca de objeto - **Encaminhamento: parecer aprovado pela plenária.** O quinto protocolo **17.989.979-5** trata da solicitação de dados populacionais dos povos e comunidades tradicionais dos municípios, a comissão decidiu por encaminhar o protocolo a COPCT, para que seja feito o levantamento, sugerindo aos conselheiros que seja feito um levantamento pelos próprios conselheiros de acordo com o seu segmento. **Adnã Chagas/Pescadores Artesanais** diz que em seu entender é impossível de um conselheiro conseguir atender essa demanda, e no exemplo dele existe 29 comunidades de pescadores e que as universidades tem esse cadastro das 18 ilhas do município de Guaraqueçaba. **Gustavo Mussi/Casa Civil** cita que é importante que o Conselho seja subsidiado por esses dados, para que seja um ponto de partida. **Dimas Gusso/Faxinalenses** diz sobre a importância desses dados, mas que é necessário que haja uma metodologia para que não haja divergência na interpretação dos dados, sendo importante a parceria do Estado e Universidade, mas nunca sem a presença das comunidades. **Adnã Chagas/Pescadores Artesanais** diz que os pesquisadores as vezes realizam as pesquisas de maneira equivocada, sem conversar com as lideranças o que

causa dificuldades para as comunidades. **Robson Borges/Povos de Terreiro** sugere que seja solicitado orçamento para que essa pesquisa seja realizada de maneira saudável. Presidente diz que a partir da conferencia espera-se que saia essa demanda, para que possa se inciar o processo de mapeamento. **Misael Jefferson/Ilhéus** diz que compreende a preocupação, mas que é possível apontar os núcleos de maneira superficial como uma prévia para que após a conferência seja feita de maneira mais detalhada, para que seja possível saber onde procurar as pessoas. **Robson Borges/Povos de Terreiro** diz que na condição do Misael talvez seja mais simples, mas para os povos de Terreiro, por exemplo, será mais difícil, e que é preciso tomar cuidado com essas informações que não são detalhadas para não invisibilizar outras comunidades. **Josil/SEIL** sugere que seja colocado na linha da problematização para que seja buscado os recursos para realizar o mapeamento. **Ana Maria/Quilombola** diz que as comunidades sabem onde eles estão, mas que o IBGE deixa de fazer, que as comunidades e lideranças devem acompanhar esse mapeamento em campo, porque as pessoas responsáveis por fazer o mapeamento não perguntam sobre a identificação da comunidade e sugere que seja convidado o “representante” do IBGE para que seja discutido sobre isso e que não é a responsabilidade dos conselheiros realizarem o mapeamento. **Gustavo Mussi/Casa Civil** reforça que a ideia é que seja dado um panorama para que a secretaria saiba onde procurar as pessoas. **Felipe Kamaroski/SEMIPI**, inicia sua fala dizendo sobre o exemplo da Klabin que fez uma expedição de pesquisa em SC que durou anos, e que esse tipo de mapeamento é complexo, mas o que é necessário agora é que se obtenha dados amostrais, um esqueleto para fundamentar o motivo para solicitar o financiamento para o mapeamento. **Lucimar/SESA** sugere que seja criado uma comissão para que seja tratado sobre o assunto do mapeamento e cita sobre a importância do diálogo com as comunidades para que seja possível aprender com as comunidades, assim como o mapeamento realizado em 2009, sugere uma agenda para que cada segmento se apresente e apresente sua forma de organização. **Misael Jefferson/Ilhéus** sugere que para a próxima reunião os segmentos se apresentem e contem suas histórias. **Jaqueline/Terra de Direitos** concorda com os conselheiros e que a responsabilidade para os conselheiros é grande,

que pode acontecer das comunidades ficarem de fora e essa responsabilidade recair sobre os conselheiros. **Ana Brolo/MP** pergunta no chat qual o conteúdo do protocolo que solicita os dados e sugere que o assunto seja tratado na Conferência. **Gustavo Mussi/Casa Civil** explica que é esperado que seja abordado a temática, mas a preocupação é com a defasagem de dados e invisibilização das comunidades. Sugere que seja retirado de pauta e encaminhado a COPCT o protocolo, e que existe a consciência de que a construção dos dados é longa, mas que é necessário para as Políticas Públicas para os PCTs. **Adnã Chagas/Pescadores Artesanais** diz que é importante, mas que se for feito o levantamento as comunidades podem ficar esquecidas assim como já estão, então surge a necessidade de um trabalho bem feito e complexo para que seja levantado as estatísticas e dados corretos das comunidades. **Encaminhamento após a disussão:** envio do protocolo a COPCT para que a Coordenação responda a solicitação da SEJU e a criação do GT para desenvolvimento das atividades de mapeamento, os conselheiros Robson, Ana Maria Quilombola e Dimas se disponibilizaram, assim como o Rene, Lucimar e Andre, professor Roberto do Nupovos, IPARDES e Coordenador Felipe para que seja feita a inclusão dos demais parceiros. **Robson Borges/Povos de Terreiro** sugere o convite para o IPHAN e segue para o próximo relato da comissão de educação. tratando sobre o protocolo que trata sobre a estrada. O protocolo **17.147.102-8** trata sobre as contribuições do CEPCT para as adaptações da educação - **Encaminhamento aprovado pela plenária: arquivamento por perda de objeto.** A próxima pauta trata sobre o reconhecimento de patrimônio da comunidade da Ana Benzedeira, irati e Rebouças, 10 igrejinhas, assim como patrimoniar as plantas e benzedeiras. **Gustavo Mussi/Casa Civil** sugere que seja oficiado a Secretaria de Estado da Cultura, para que seja reconhecido como patrimônio imaterial. A plenária discute sobre a possibilidade de encaminhar o ofício para o município. **Felipe Kamaroski/SEMIPI** sugere o encaminhamento do ofício ao IPHAN. **Ana Maria/Benzedeira** explica sobre as práticas culturais realizadas nas igrejinhas e que nunca foi reconhecido pelo município. **Ellen/SEEC** diz que no consenso da comissão, será enviado um oficio para a SEEC para que a coordenação orientasse o município para criação de uma comissão para o reconhecimento e tombamento das igrejinhas, mas que

o estado faça a orientação para o município e sugere que seja acionada todas as instancias. **Ana Maria/Benzendeira** pede urgência no encaminhamento da pauta e ofícios. **Robson Borges/Povos de Terreiro** passa para o próximo ponto do conselheiro Adnã, sobre as comunidades tradicionais e as especificidades do protocolo de consulta, e cita os encaminhamentos da comissão: oficiar a SEED requerendo a presença do secretario de educação na reunião do mês de abril, oficiar o MP e DP para participar da reunião abril. **Adnã Chagas/Pescadores Artesanais** comenta sobre a importância da educação para todos os povos, e solicita que fique registrado em ata o repudio a SEED que não respeita os protocolos de consulta, e que fique registrado a solicitação para que os outros órgãos respeite os protocolos de consulta, IAT, ICMBIO, e que a OIT 169 cita a obrigatoriedade do governo discutir a educação com os povos organizados e interessados, então a solicitação é que saia do conselho uma moção para a SEED, solicitando o respeito as comunidades e ao protocolo de consulta no que diz respeito as pautas de educação dentro das comunidades, e que repudia o ato da secretaria que discute e planeja as questões da educação em gabinete e leva pronto para as comunidades, sem discutir com as lideranças violando os direitos por parte do Estado nas comunidades tradicionais, não só nos pescadores artesanais como em todas as outras comunidades pois estão fechando escolas nas comunidades, dando educação de má qualidade, pois existe preconceito no tratamento e reconhecimento dos povos e comunidades, e que as comunidades tradicionais tem direitos que são obrigação do Estado viabilizar. **Adnã Chagas/Pescadores Artesanais** comenta que está ameaçado de morte dentro da comunidade pela sua luta pela educação, solicita mais uma vez que o estado respeite as comunidades, diz que no encontro puxirão solicitou a SEED que participasse e a secretaria não respondeu. Solicita que seja realizada uma moção de apoio e carta de repúdio para o núcleo regional e SEED, para o respeito ao protocolo de consulta para todas as comunidades, que esse assunto não pode ser esquecido. Relata que se a SEED não aparecer para dialogar e resolver as pautas de violações de direitos na educação, os conselheiros da sociedade civil decidiram em reunião que não vão avançar com mais nenhuma pauta do conselho, pois quando fecha uma escola dentro da comunidade tradicional as comunidades se acabam, pois vão buscar a educação em

outros espaços.Diz que está correndo risco de vida, assim como os outros conselheiros já correram risco também, e que caso um tombe os outros vão se levantar. **Dimas Gusso/Faxinalenses** diz que essa angustia não é somente do Adnã, pois as vezes os assuntos são distorcidos e as comunidades as vezes acabam criminalizadas, que o Estado do Paraná é o estado que mais fecha escolas no brasil, que a secretaria já foi requisitada em diversos momentos, mas que as discussões só retrocedem, as escolas continuam sendo fechadas, turmas sendo fechadas, períodos, dessa forma, as crianças, adolescentes e jovens, decidem sair das comunidades, devido a dificuldade de acesso as escolas, a distancia. Diz que a única secretaria que não respeita o protocolo de consulta é a SEED, pois qualquer fechamento ou abertura de escola impacta nas comunidades, e reforça a necessidade de consulta as comunidades e solicita mais uma vez o respeito aos protocolos. Sugere como encaminhamento a solicitação a SEED de respeito aos protocolos de consulta. **Robson Borges/Povos de Terreiro** diz que é uma estratégia para que se retire as comunidades do território, e “eles” (SEED) não compreendem o que as comunidades passam, e para além, o Adnã fez uma denúncia, pois está sofrendo ameaça e morte e sugere incluí-lo em um programa de proteção diante do risco de vida. **Misael Jefferson/Ilhéus** reforça as falas do Adnã e Dimas, e que fique como encaminhamento a presença do secretário de educação na próxima reunião, assim como uma recomendação ao núcleo regional de educação de Paranaguá para que eles respeitem os protocolos de consulta e oit 169, pois essa discussão já acontece desde 2017. **Ana Maria/Quilombola**, reforça que na verdade essa discussão com o estado já vem desde 2013, e que nos últimos anos, as comunidades não tiveram avanços nenhum principalmente no que diz respeito a educação, que os últimos dois governos prejudicaram as comunidades, e que no governo do Beto Richa foi feito uma carta de anuência para o atendimento a educação nas comunidades, que existem projetos, mas que a pauta não avança. Cita que na comunidade dela foi feita a demarcação do local de construção da escola, mas nunca saiu do papel, sugere que seja feito ofício a secretaria de educação, para que o secretário e o chefe do núcleo regional participem da reunião. Pontua que as politicas publicas não chegam nas comunidades e os demais conselheiros do poder público devem ouvir as comunidades e ajudarem a encaminhar e desenvolver as

pautas, questiona que se o PIB do Paraná é um dos maiores do país, qual o motivo para as políticas não chegarem a comunidade? Diz que caso o secretário não compareça na reunião, o conselho vai se mobilizar para realizar um ato/acampamento na SEED. **Jaqueline/Terra de Direitos** diz que existe um programa de proteção, e que é possível que o Adnã entre, mas que é necessário que parta dele a decisão, pois exige um acompanhamento da polícia. **Adnã Chagas/Pescadores Artesanais** diz que já entrou em um programa de segurança, mas que é frágil. Diz que a partir da mobilização das comunidades próximas a dele, eles conseguiram manter uma escola na comunidade onde mais 8 comunidades utilizam. Diz que foi solicitado a SEED que fosse colocada a carta de anuência das comunidades tradicionais dentro da resolução, e que a estratégia utilizada é sucatear a escola, retirar professores, etc, para depois fechar. O Núcleo regional fez um parecer técnico para a SEED, mas a SEED não respondeu e nesse processo se passaram. **Ana Brolo/MP** pontua sobre a ameaça de morte que o Adnã estÁ sofrendo e a necessidade de ser tratada com seriedade, pergunta se foi relatado ao MP, diz que se coloca a disposição para que ela faça o relato a chefia dela, para que seja feito os encaminhamentos possíveis no ministério público, questiona quais foram os órgãos acionados e demais informações. Sobre a carta de anuência, solicita mais informações relacionadas as escolas, qual está sendo o processo de criação das salas multi anos. E questiona se o problema é somente a não utilização da carta de anuência ou a criação das salas multi anos também, solicita detalhamento sobre a situação das escolas, para que seja repassado para a sua chefia. **Gustavo Mussi/Casa Civil** começa a dar os encaminhamentos, pois o Adnã relata que já se encontra no programa nacional de segurança e questiona qual o encaminhamento que o Conselho pode fazer no sentido das ameaças. **Adnã Chagas/ Pescadores Artesanais** diz que as ameaças surgiram a partir das discussões sobre a carta de anuência na comunidade. **Encaminhamento: Gustavo Mussi/Casa Civil sugere que seja realizada uma moção/oficio, solicitando o respeito a carta de anuência, sugere também como compromisso o ofício a SEED por meio da Secretária Leandre, da SEMIPI, para solicitar a participação do Secretario de Educação na próxima reunião. Eduardo de Oliveira Filho/SEMIPI** concorda com o encaminhamento e que é necessário que o conselho oficie a solicitação. **Robson**

Borges /Povos de Terreiro sugere a participação do Secretário nas reuniões antes da plenária final. **Gustavo Mussi/Casa Civil** sugere que seja feita uma audiência do Conselho com o representante da SEED. **Ana Brolo/MP** reforça que é necessária a solicitação do Conselho para a SEED também. **Robson Borges /Povos de Terreiro** enfatiza que a solicitação é para o Secretário comparecer na reunião. **Encaminhamento: Oficio a SEED para respeito ao protocolo de consulta, Solicitar audiência com o Secretário da SEED, o Conselho e oficiar a secretária Leandre para fazer a mediação de garantia da reunião e será construída a moção para a SEED. Adnã Chagas/Pescadores Artesanais** questiona o porque quando outros entes são convidados eles participam e porque o Secretário não pode? Porque ele não pode vir até o Conselho? E responde o questionamento da Ana Brolo, explicando que de um dia pro outro a escola virou multi ano e que as demais informações irá repassar no particular. **Gustavo Mussi/Casa Civil** sugere que seja uma audiência e uma reunião extraordinária, para que se garanta a realização da reunião. **Robson Borges/Povos de Terreiro** diz que a reunião extraordinária independente do interesse vai ter a demanda solucionada. **Adnã Chagas/Pescadores Artesanais** solicita a presença dos representantes do MP e DPE. **Gustavo Mussi/Casa Civil** segue para a pauta da prorrogação do mandato dos conselheiros da gestão 2021/2023, e relata que dentre as conversas com o MP, foi sugerido que o mandato fique prorrogado por tempo limitado, ou seja, até a conferência onde vai ser realizada a eleição dos novos membros do conselho, e que para que isso seja realizado, tem que se manter com os mesmos membros que se encontram até o momento.Também relata que esta sendo proposto a publicação de um novo decreto de reconhecimento de povos e comunidades tradicionais do estado do Paraná, pois o decreto que existe já foi suprimido pelo fim do estado emergencial da pandemia. Realiza a leitura de quais foram as comunidades listadas: indígena, ciganos, quilombolas, terreiro, comunidades tradicionais negras, ribeirinhos, ilhéus e pescadores artesanais do rio paraná, pescadores artesanais e ilhéus do litoral do paraná. **Adnã Chagas/Pescadores Artesanais** interrompe e diz que não compreendeu, porque na comunidade dele, eles são pescadores artesanais, mas são reconhecidos pelo estado como caiçaras. **Gustavo Mussi/Casa Civil** explica que isso não interfere e que só na hora do mapeamento que vai

mudar a tipificação. **Adnã Chagas/Pescadores Artesanais** diz que pode prejudicar, e cita a questão do defeso ou a questão da vacina. **Dimas Gusso/Faxinalenses** questiona se os ilhéus do litoral trouxeram essa demanda. **Gustavo Mussi/Casa Civil** explica sobre a Lei Federal 6040 que cita os povos e comunidades tradicionais do Paraná, e diz que a opção de separar os ilhéus e pescadores artesanais do rio Paraná e do Litoral do Paraná, tem a ver com as especificidades territoriais e regionais. **Adnã Chagas/Pescadores Artesanais** diz que está acontecendo um equívoco, pois não foi consultada as comunidades. **Jaqueline/Terra de Direitos** explica que é uma forma do estado classificar quais são as comunidades tradicionais do estado do paraná, e que isso não é o reconhecimento do estado, e que o decreto não sobrepõe os direitos, por mais que a comunidade/pessoa se reconheça como mais de um segmento, ex: caiçara e pescador artesanal. **Adnã Chagas/Pescadores Artesanais** diz que não é necessário fazer esse tipificação. **Jaqueline/Terra de Direitos** exemplifica o decreto 6040, que cita os povos mas não faz o reconhecimento pelas comunidades. **Dimas Gusso/Faxinalenses** solicita que seja respeitada a ordem de inscrição e que o decreto pode agregar no reconhecimento dos povos e comunidades e que é importante que mais povos sejam identificados. **Ana Brolo/MP** retoma a questão que citou no dia anterior, sobre a 6040 e diz que o decreto que cria o conselho nacional de PCT, estabelece as vagas para os conselheiros, ela entende que a lei que cria o conselho faz o papel de identificar os povos e comunidades tradicionais e questiona qual o motivo para um decreto se existe a lei, é por conta dos ribeirinhos e comunidades tradicionais negras? E caso for, em um momento eles vão precisar participar do Conselho. **Lucimar/SESA** cita o decreto 5881 que citou todos os povos e comunidades tradicionais do Paraná, e que é nesse sentido a necessidade de um novo decreto, e que talvez a intenção do conselho seja tirar o decreto do contexto de pandemia, pois o decreto não esta mais em vigor. **Taise Passos/SEMIPI** explica que não esta sendo adicionado nenhum segmento no decreto. **Adnã Chagas/Pescadores Artesanais** diz que vai dar problema na base de autoidentificação na base. **Jaqueline/Terra de Direitos** sugere que seja avaliado a questão dos ilhéus do litoral do Paraná, e que talvez o Adnã esteja confundindo qual é o objetivo do decreto, para que seja possível identificar quais são as comunidades, para que seja possível o

acesso as políticas públicas, diz que consultou e que o decreto que tipifica os povos e comunidade tradicionais é o 8750/2016, e sugere que seja atualizada a Lei de criação do CEPCT. **Gustavo Mussi/Casa Civil** explica que a lei do CEPCT - 17.425, vai ser alterada após a Conferência e que o decreto vai dar base para a realização das Conferências Livres. **Adnã Chagas/Pescadores Artesanais** diz que não concorda com o decreto e não concorda com a votação, pois pra ele, os ilhéus do litoral do Paraná no decreto atrapalha as comunidades da região dele. **Misael Jefferson/Ilhéus** diz que a partir do momento em que os ilhéus se organizarem eles podem incluir. **Josil/SEIL**questiona em qual categoria se encaixa as pessoas que moram na ilha do Mel. **Jaqueline/Terra de Direitos** diz que eles se intitulam como Nativo e diz que acredita que o decreto não amarra a construção da Conferência, e que caso os nativos solicitem uma cadeira, eles se organizam. **Ana Brolo/MP** diz que na verdade os segmentos que se autoidentificam como comunidades tradicionais são as comunidades que estão no Conselho, e que é preciso levar em consideração a fala do Adnã, de que a autoidentificação das comunidades da região dele é como pescador artesanal e que é necessário respeitar isso, e que caso surja a organização dos ilhéus pode ser incluído. **Felipe Kamaroski/SEMIPI** diz que ainda que permaneça não interfere, pois o processo para se incluir no decreto é mais complicado do que manter e que é papel do estado garantir. **André Eiterer/SEDEST** diz que esse tema é algo que precisa ser debatido com mais profundidade, e pede vistas para que se aprofunde no tema. **Felipe Kamaroski/SEMIPI**, diz que o decreto não vem com a intenção de retirar direitos, mas ele define os estudos que vão ser feitos para as conferências livres, e o papel do estado é garantir que todas as comunidades participem do processo de estudo e de conferências livres. Que caso em um universo hipotético não exista os ilhéus do litoral, não vai atrapalhar ou mudar algo na Conferência ou Conselho. **Jaqueline/Terra de Direitos** diz que caso o decreto seja essencial para as conferências livres que pode ser uma sugestão que no cabeçalho seja especificado a função do decreto. **Robson Borges/Povos de Terreiro** diz que se for se basear pelo hipotético, não vai ter encaminhamento, e sugere que se mantenha da forma que está e caso surja as comunidades ai mudam. **Felipe Kamaroski/SEMIPI** diz que são dois assuntos diferentes, um diz respeito ao decreto e outro as cadeiras do Conselho. **Gustavo Mussi/Casa Civil**

sugere a plenária que o decreto seja somente para a realização da Conferência, sendo válido somente até a conferência. **Ana Brolo/MP** sugere que caso se mantenha a definição do termo ilhéus do litoral, que seja feita a divisão dos segmentos, ilhéus do litoral e pescadores artesanais do litoral, para fins de chamamento para as conferências e para que os pescadores artesanais não sejam desconsiderados em sua autoidentificação". A plenária entra em discussão sobre a autoidentificação. **Jaqueline/Terra de Direitos** questiona se vai chamar as comunidades com base no decreto ou vai abrir para qualquer outro segmento que queira. **Robson Borges/Povos de Terreiro** diz que já foi discutido sobre a ampliação das cadeiras do conselho para a sociedade civil. **Gustavo Mussi/Casa Civil** propõe o intervalo do almoço e sugere como encaminhamento a prorrogação do mandato para posterior retorno a pauta. **Encaminhamento ponto 7: prorrogação do mandato 2021-2023 até a Conferência.** *Pausa 13:00 e retorno do intervalo: 14:12.* **Gustavo Mussi/Casa Civil** retoma a pauta do decreto, caso haja consenso em manter o decreto para finalidade exclusiva da Conferência, com ilhéus e pescadores artesanais do litoral separados. **Jaqueline/Terra de Direitos** sugere incluir os ilhéus do litoral como “nativos das ilhas do litoral do Paraná”, e questiona a questão de reservar vagas para 10 delegados ribeirinhos e 10 delegados ilhéus do litoral do Paraná na conferencia, caso não aparecesse, iria ser uma verba reservada e desperdiçada. **Gustavo Mussi/Casa Civil** fala sobre o atendimento aos ribeirinhos durante a pandemia e foi ai que foram identificadas essas comunidades. **Adnã Chagas/Pescadores Artesanais** questiona sobre a moção de repúdio para a SEED e que a comunidade quer sair com a carta assinada para fazer os requerimentos a SEED. O Adnã e Misael dizem que foram encaminhadas as moções. **Taise Passos/SEMIPI** diz que foi encaminhada. **Gustavo Mussi/Casa Civil** pede vistas e sugere que seja realizada a votação, e diz que caso faça a moção é possível que se perda a oportunidade de realizar a reunião com a SEED. **Adnã Chagas/Pescadores Artesanais** diz que já esta se perdendo. **Renê Wagner/SETI** pergunta se já houve solicitação de audiência pelo conselho, então diante da situação é possível que seja atendida a solicitação. **Misael Jefferson/Ilhéus** sugere que como já foi encaminhada a solicitação de reunião, é possível que seja deixada a moção de lado nesse momento e caso não aconteça a

reunião, o Conselho realizará a moção. **Dimas Gusso/Faxinalenses** pergunta se é possível anexar a carta da rede Puxirão. **Andre Brandão/SESP** e **Gustavo Mussi/Casa Civil** dizem que não, para que não seja endoçada a moção. **Adnã Chagas/Pescadores Artesanais** diz que a questão é com a SEED, que ele acompanha a tempos e que a SEED está ciente da discussão, pois ela acontece desde 2017, que todas as vezes que é solicitada a presença da SEED, são enviados terceiros que não dão o encaminhamento as pautas e discussões realizadas. **Gustavo Mussi/Casa Civil** diz que está sendo proposto de encaminhar a solicitação a reunião/audiência com o Secretário da SEED, e que o Adnã pode de manifestar insatisfeito, mas que o encaminhamento está sendo feito. **Ana Maria/Quilombola** diz que é possível fazer um ofício em nome do Conselho. A plenária diz que já foi encaminhado a realização do Ofício. **Jaqueline/Terra de Direitos** diz que o Conselho pode fazer a moção, mas que concorda com o Presidente, a medida que no momento está sendo solicitada uma reunião com a SEED, porém, nada impede que seja citada no ofício o conteúdo da reunião. **Adnã Chagas/Pescadores Artesanais** diz que ele foi muito claro na sua fala pela manhã sobre o tempo que estão sem respostas da SEED, e que o papel dele é trazer essas demandas para o Conselho e abrir o debate, que os pescadores e os povos tradicionais estão sendo privados pela SEED que se recusa a participar dos momentos de discussão, e caso ele não apareça eles vão cumprir o que foi decidido na reunião da Sociedade Civil e vão pausar todas as pautas do Conselho. **Gustavo Mussi/Casa Civil** pede que as conversas sejam de maneira respeitosa com ambos os Conselheiros, do Poder Público e Sociedade Civil. **Misael Jefferson/Ilhéus** concorda com a Jaqueline e diz que pode ser incluída as demandas no ofício. **Adnã Chagas/Pescadores Artesanais** diz que parece que ele é o foco mas todas as comunidades tem problemas com a área da Educação. **Dimas Gusso/Faxinalenses** diz que é importante que fazer a moção de apoio o quanto antes. **Gustavo Mussi/Casa Civil** pede para que a Secretaria executiva redija a moção para que seja enviada. Segue para as pautas de segurança, invertendo a ordem das pautas, conforme solicitado pelo conselheiro André Brandão. **Dimas Gusso/Faxinalenses** inicia apontando sobre o Seminário de Segurança Pública, onde foram encaminhados a criação de um POP para a Força Verde e Patrulha Rural, a capacitação e formação para os servidores para

conhecimento do modo de vida das comunidades faxinalenses. **André Brandão/SESP** diz também sobre encaminhamento de reunião para alinhamento com a SESP e os órgãos de segurança pública, buscando compreender se existe alguma formação específica com foco na abordagem de casos de povos e comunidades tradicionais. **Encaminhamento: abrir um protocolo para a segurança pública provocando a secretaria sobre o currículo do curso de formação, cadeiras ou disciplinas relacionada a povos e comunidades tradicionais.** **André Brandão/SESP** diz que ainda não foi realizado o alinhamento por conta da operação verão e que é necessário o planjeamento para que seja alinhado a logística e o orçamento da ação. **Jaqueline/Terra de Direitos** relembra o que o Dimas falou, pois já existe uma estrutura mínima para trabalho com eles, e que recentemente ocorreu junto a Polícia Ambiental no Vale do Ribeira e que a avaliação das comunidades quilombolas presente na região foi bastante positiva. **Dimas Gusso/Faxinalenses e Andre Brandão/SESP encaminham para a pauta 14 - reintegração de posse para a comunidade faxinalense do bom retiro/pinhão**. **Andre Brandão/SESP** diz que ainda não existe conhecimento, não sabe se houve uma medida e caso tenha é algo que deve ser cumprido por lei. **Dimas Gusso/Faxinalenses** faz um apanhado de informações sobre o histórico de conflito com uma empresa das redondezas, Zatter, e também com grileiros, aparentemente a terra foi para leilão e entrou com usucapião, o MP entrou com reintegração de posse, a comunidade se organizou para reivindicar o território novamente, com o auxilio da universidade a partir do estudo para instauração de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, com cartografia, mapas, e assim foi anulada a reintegração de posse. **Andre Brandão/SESP** sugere que seja encaminhado para arquivamento. **Jaqueline/Terra de Direitos** pergunta se foi anulada ou suspensa, e diz que é importante ouvir esses casos para saber como foram feitos os encaminhamentos da comunidade, cita outro caso onde os chacreiros estão reivindicando o uso de um território faxinalense. **Ana Brolo/MP** questionou se existe algum documento sobre esta pauta. **Dimas Gusso/Faxinalenses** diz que sim, que vai enviar e confirma que foi suspensa a reintegração, então conclui que deve se manter a pauta no radar para caso volte a discussão, e questiona qual poderia ser a ação do conselho diante da questão. **Jaqueline/Terra de Direitos** diz que o Conselho pode fazer

uma moção de apoio a comunidade, do reconhecimento da comunidade, do território. **Ana Brolo/MP** questionou se há algum pedido de reintegração de posse vigente. **Dimas Gusso/Faxinalenses** diz que a DPE que está acompanhando e que talvez seja possível de verificar com o Antonio da DPE ou com a Dra Natalia. **Ana Brolo/MP** diz que já foi pedida suspensão de pedidos de reintegração de posse em alguns casos de territórios faxinalenses para que pudesse ser feito estudos de diagnóstico da dinâmica territorial da população, e que quer avaliar de que maneira é possível contribuir com o caso. **Encaminhamento: manifestação de apoio aos direitos garantidos para as comunidades faxinalenses.** **Renê Wagner/SETI** diz sugere incluir a importância da cultura das comunidades faxinalenses pois só existe no estado do Paraná, de grande relevância cultural para o estado. **Gustavo Mussi/Casa Civil** sugere que o conselheiro Rene encaminhe uma minuta de moção. **Andre Brandão/SESP** passa para a pauta 18, crimes de decrim, DHPP, titular Dr vitor, da mesma maneira que essa pauta se repete na pauta 22. Diz que se o conselho for fazer o convite, tem que ser ao delegado geral da polícia civil para o encaminhamento a delegacia. **Gustavo Mussi/Casa Civil** solicita que o Robson encaminhe a pauta para que seja realizado o oficio para o delegado. Pauta 10, fim do comandato do IAT- casa IAT na comunidade João Surá. **Gustavo Mussi/Casa Civil** explica que o IAT tem uma casa no joão sura, que foi dado como comodato para a comunidade joão sura e o IAT pediu o retorno de posse dessa casa, e aparentemente a comunidade usa como sala de aula para escola, e sugere que o conselho faça uma recomendação para o IAT renovar o comodato. **Renê Wagner/SETI** sugere que seja feita uma solicitação e não uma recomendação, e que talvez seja melhor encaminhar diretamente ao Presidente do IAT. **Gustavo Mussi/Casa Civil** diz que é importante protocolar e em seguida conversar com o Presidente do IAT. **Dimas Gusso/Faxinalenses** já pontua a próxima pauta referente ao SEUC que não foi feito o retorno pelo IAT. **Jaqueline/Terra de Direitos** diz que a Ketthlyn falou que vai ter uma reunião dia 18 com o IAT para tratar sobre a casa do João Surá, então será importante a participação do Conselho na reunião do dia 18 de março. Diz que o IAT esta questionando também a questão de regularização do território, sendo mais complexo do que somente o uso da casa. **Renê Wagner/SETI** sugere pedir a doação da casa no ofício. **Encaminhamento:**

participação do Conselho dia 18 de Março no escritório do IAT e posterior ofício solicitando o comodato neste ano corrente e na sequencia a doação. **Jaqueline/Terra de Direitos** sugere que seja feito o ofício solicitando que a comunidade tome a decisão acerca do uso da casa. Pauta 12 - adicionar a COPEL como convidado permanente no Conselho, aprovado. **Dimas Gusso/Faxinalenses** sugere que seja feito um ofício solicitando a COPEL as placas solares, consultar na ata de 2019. **Gustavo Mussi/Casa Civil** sugere que o Misael encaminhe ao conselho os dados levantados na época sobre as placas solares solicitadas. Pauta - caso da Mitra, o presidente sugere oficiar a mitra, e solicita ao Dimas que seja encaminhado qual o endereço que deve ser encaminhado e qual a mitra, assim como encaminhe um histórico da posse da associação, porém, não exclui a possibilidade da comunidade ir conversar pessoalmente. **Encaminhamento: o conselho vai enviar uma solicitação para a mitra reconhecer a posse da associação do imóvel para permitir a instalação elétrica.** A plenária retorna a pauta da SEUC, que não foi dado encaminhado pelo IAT, o protocolo encontram-se parado no jurídico do IAT. **Dimas Gusso/Faxinalenses** propõe que seja feita uma agenda conjunta com o deputado José Antenor e IAT para que seja feito o encaminhamento da pauta. **Jaqueline/Terra de Direitos** diz que quando a terra de direitos teve acesso ao PL da SEUC, eles se propuseram a fazer uma análise, e fizeram uma manifestação considerando alguns pontos problemáticos na minuta, podendo gerar impactos para outras comunidades tradicionais. **Dimas Gusso/Faxinalenses** solicitou que seja encaminhado para o Conselho e a comunidade, e propõe uma reunião com as organizações que fizeram a análise do PL. **Ana Brolo/MP** diz que teve acesso a minuta também, e gostaria de participar da reunião. **Dimas Gusso/Faxinalenses** propõe que a reunião seja feita na sexta feira, dia 01/03. **Jaqueline/Terra de Direitos** diz que talvez na sexta seja muito em cima da hora, mas que se disponibiliza a mobilizar os demais entes. **Gustavo Mussi/Casa Civil** encaminha que o Conselho ficará no aguardo pela agenda definida pelos participantes da reunião. **André Eiterer/SEDEST** diz que por enquanto a portaria 241 não chegou para a equipe dele, e ele está no aguardo do protocolo chegar para que seja feita a analise, por enquanto está na gerencia dele. **Hayanne/Sec Executiva** sugere que seja encaminhado um e-mail pedindo o encaminhamento do

protocolo. Próxima pauta, adesão do estado ao PNGTAQ, o presidente relata que a FECOQUI relatou que a base já foi consultada, sendo assim, sugere que o Conselho recomende a governadoria a adesão a PNGTAQ. Próxima pauta oficio do CAOP questionando o acesso a energia elétrica nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. **Felipe Kamaroski/SEMIPI** diz que fez o último encaminhamento do protocolo. **Hayanne/Sec Executiva** solicita que a Ana Brolo faça uma explicação sobre o conteúdo da solicitação do ofício. **Ana Maria/Quilombola** informa que as comunidades de Varzeão e Gramadinho não tem acesso a energia, explica que a solicitação é para as comunidades responderem se há alguma comunidade quilombola com dificuldade de acesso ou sem acesso a energia. **Gustavo Mussi/Casa Civil** sugere que o conselho envie a solicitação para a FECOQUI, e que a Ana Maria Quilombola fique responsável por acompanhar a resposta da Federação. **Ana Brolo/MP** solicita que caso a Conselheira saiba de alguma comunidade, que pode falar para que conste em ata. **Ana Maria/Quilombola** diz que sabe que as comunidades de Varzeão e Gramadinho, de doutor Ulisses estão com dificuldades. Pauta 21 - manifestação da presidência ao acompanhamento cpli em territórios tradicionais. **Gustavo Mussi/Casa Civil** faz o relato, dizendo que o conselho foi solicitado para o acompanhamento da instalação e uma ETE na comunidade de Nova Brasília, na Ilha do Mel, e que a comunidade entendeu como uma tentativa de interferência no processo. **Zuleide/Caiçaras** diz que na verdade as comunidades não quiseram. **Gustavo Mussi/Casa Civil** diz que o conselho recebeu um e-mail de algumas comunidades e que a comunidade dispensava o acompanhamento do Conselho e que era conta a construção da ETE, algumas outras comunidades requisitaram o conselho para participar, então ele foi para campo, e disse que a área de construção da ETE é de uso público. Foi apresentado um novo planejamento para a comunidade de Brasília na primeira etapa, e constataram que a comunidade está representada, sendo assim, não há motivo para o conselho se opor. **Jaqueline/Terra de Direitos** chama a atenção para o papel do CEPCT nas CPLI, e que talvez seja importante fazer um encaminhamento de qual é o papel do CEPCT nesses acompanhamentos as consultas, e faz um breve histórico sobre a legislação de uso e ocupação do solo na Ilha do Mel,vque o estado acabou proibindo o uso do solo para moradia e realocação do

cemitério da comunidade, e que a comunidade não foi consultada sobre preferir uma ETE ou espaço para a moradia. Diz que a primeira visita para a consulta foi na pandemia e nem todos da comunidade participaram, a comunidade solicitou um retorno para a empresa e que retornaram muito tempo depois com um relatório de duas mil páginas, o que dificultou a compreensão da comunidade, sendo assim, a comunidade solicitou a Terra de Direitos que fosse feito o acompanhamento, e que a comunidade preferiu não se reunir durante a alta temporada do verão de 2023/2024, que foi solicitado com pressa para que a comunidade desse retorno para a consulta da ETE, e que a comunidade não respondeu de maneira amistosa que não gostaria da presença do Conselho. Relata que ficou sabendo que a Clemilda ligou para um morador da ilha às onze horas da noite questionando como estava a consulta, e que após isso o Gustavo visitou a comunidades. Que ela sente que essa pressão não foi respeitosa com a vontade da comunidade, e que com a aprovação da comunidade encaminhou um ofício pela Terra de Direitos, e que a partir do relato dela o acompanhamento pode ter sido realizado contra a vontade da comunidade. Realiza a leitura que é vedado ao presidente do CEPCT a ação que não tenha sido passado pela plenária do CEPCT e que ela não sentiu isso da posição do CEPCT, que tendo em vista esse caso é necessário que o Conselho avalie qual será o papel do Conselho nos casos de acompanhamento de consultas, sugerindo que quando houver esse tipo de ofício que seja feita uma reunião extraordinária para que seja debatido na plenária. Diz que se sentiu ofendida pela resposta do ofício, e que o papel da terra de direitos não é falar por terceiros. A medida que a terra de direitos for demandada eles darão a resposta, e que a organização não é uma empresa privada, é uma organização da sociedade civil que tem acumulo para contribuir com o Conselho, pela atuação no território. Elogia a organização do Conselho no momento, a atuação atenciosa da Hayanne enquanto secretária executiva e do Gustavo, mas que eles estão aqui para construir juntos em prol das comunidades tradicionais. **Gustavo Mussi/Casa Civil** reconhece que o tom do oficio foi mais duro, mas que foi motivado pelo tom do ofício que foi encaminhado para o conselho, e que a liderança que pediu para eles não irem foi o Felipe. Que as associações solicitaram o acompanhamento, e que é importante saber quem na comunidade está falando, pois a comunidade tem organizações e que a

associação de moradores não abrange toda a comunidade, que o conselho recebeu o oficio da comunidade solicitando o acompanhamento, concorda que todos tem que trabalhar em prol das politicas dos povos e comunidades, e que a partir do momento que ele percebeu que a comunidade foi ouvida, ele tranquilizou. **Jaqueline/Terra de Direitos** diz que não vai ser o CEPCT que vai dizer qual comunidade é reconhecida ou não. **Gustavo Mussi/Casa Civil** diz que nem a Terra de Direitos. **Adnã Chagas/Pescadores Artesanais** diz que existe 16 comunidades próxima a ele e que ele tem carta da comunidade de indicação para participar, e que os coordenadores pedem explicações sobre as reuniões e ele tem que repassar para as lideranças, diz que o estado não sabe lidar com o Povos e Comunidade tradicionais, e que as vezes a forma do estado de agir prejudica a organização das comunidades e que o Felipe é uma liderança reconhecida pelas lideranças da comunidade para representar a comunidade de nova brasilia, que o estado deve ir e discutir com as associações. **Felipe Kamaroski/SEMIPI** diz que é o papel do estado ouvir os CPFs, mesmo que seja uma pessoa individua. Jaqueline diz que as vezes a comunidade decide se organizar por grupos. **Adnã Chagas/Pescadores Artesanais** diz que o estado tem que consultar as comunidades. **Jaqueline/Terra de Direitos** diz que é importante acompanhar. **Ana Maria/Quilombola** diz que ficou triste pela situação hoje de manhã, porque não reconhecem o protocolo de consulta das comunidades, faz menção ao caso da lapa onde o estado não atendeu a demanda da comunidade sobre o pedágio. diz que existe o protocolo de consulta do estado mas que a comunidade vai fazer um protocolo próprio, e que o Adnã estava reforçando que passaram por cima do protocolo de consulta deles, porque eles precisam entrar em contato com as lideranças da comunidade de paiol de telha. Pede licença, pois os conselheiros necessitam ir embora. **Dimas Gusso/Faxinalenses** diz que é importante compartilhar os protocolos para trocar as experiencias e que a comunidade precisa se apropriar e defender essa ferramenta, para tomar cuidado para que ninguém fale pela comunidade. **Felipe Kamaroski/SEMIPI** diz que essa questão do protocolo as vezes é preciso questionar as organizações, cita o caso dos indígenas. **Ana Brolo/MP** diz que o Felipe falou que precisa consultar, mas pergunta se o Gustavo Mussi foi até a consulta pelo estado ou pelo conselho? E que no caso da ponte o conselho se debruçou sobre a

ponte, foi criada comissão, então como o conselho esta se colocando nos processos de consulta? porque ela não se lembra dessa pauta nas outras reuniões do conselho. **Gustavo Mussi/Casa Civil** diz que não existe mas que é importante de que seja feito um protocolo para o Conselho de como prosseguir nesses casos. **Ana Brolo/MP** diz que não propôs isso. **Gustavo Mussi/Casa Civil** diz que ele está propondo. **Ana Brolo/MP** diz que o conselho não pode colocar regras nas comunidades e diz que ficou confusa se foi colocada em pauta o caso da ilha do mel e se o Gustavo foi pelo conselho. **Gustavo Mussi/Casa Civil** diz que membros do conselho tentaram ir, mas não deu e que ele foi por conta. **Jaqueline/Terra de Direitos** diz que prevendo outros casos de acompanhamento de CPLI do conselho, talvez seja importante criar um protocolo de ação do CEPCT quanto a esses acompanhamentos. **Misael Jefferson/Ilhéus** propõe que seja feita reuniões extraordinárias. **Ana Brolo/MP** diz que é melhor manter a pauta para próxima reunião para novas discussões. **Jaqueline/Terra de Direitos** diz que até la ter em mente que o que tiver de consulta tem que ser comunicado. A plenária retoma a **pauta do Decreto**. **Gustavo Mussi/Casa Civil** diz que foi sugerido que se mantesse o segmento de ilhéus do litoral. **Misael Jefferson/Ilhéus** diz que não, que seria melhor colocar nativos. **A plenária debate sobre a questão e decide que é melhor retirar os ilhéus do litoral**. **Misael Jefferson/Ilhéus** diz que não existe ilhéus no mar. Então a plenária decide tirar os ilhéus do litoral do decreto de reconhecimento de povos e comunidades tradicionais. **Ana Brolo/MP** diz que a lei não cita sobre pescadores artesanais do litoral, fala somente sobre pescadores artesanais. Então **a plenária aprova a publicação do decreto somente para a Conferência, sem os ilhéus do litoral.** **Ana Brolo/MP** solicita que conste em ata que não propôs retirar os pescadores artesanais, que somente fez uma pergunta. Pauta 25 - indicação de membro do CEPCT para compor o Conselho da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema, **a plenária indica o Robson como titular e o Misael como suplente**. Pauta 23 - sobre a campanha paraná unido contra o racismo, porcentagem do recurso campanha seja destinada ao racismo religioso. **Encaminhamento: Ofício para a DIRPCT sobre o racismo religioso e de outros povos. Solicitar a viagem do Robson para representar o CEPCT em Peruíbe.** A reunião foi encerrada as 17:00. Essa ata foi redigida pela servidora Taise Passos e

formatada pela servidora Hayanne Iovanovitchi, secretária executiva em exercício do Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais.